



Casa dos Conselhos e Comissões
"Augusto Ângelo Zanatta"
Avenida Koeler, 260 - Centro
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ
TELEFONE: (24) 2246-9077 - 2249-4300



Conselho Municipal de Cultura
Petrópolis - RJ

ATA DEZEMBRO/2018 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada no dia 10 de dezembro de 2018, às 18 horas, no "Centro de Cultura Raul de Leoni".

1 Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas, na Sala de
2 Música Guiomar Novaes do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do
3 Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do Instituto Municipal
4 de Cultura e Esporte, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com a presença dos
5 conselheiros representantes do mesmo Instituto Maria Luísa Rocha Melo, Leonardo Cerqueira,
6 Nilcéa Saionara Fráguas Pires, Marcelo Vieira e Leandro Jozue Kronemberger, contando ainda
7 com as seguintes presenças: conselheira Catarina A. Santos e seu suplente Gilson Faustino
8 Maia, representantes do segmento de literatura; conselheira Elisabeth Souza Silveira e seu
9 suplente Pedro Fernandes, representantes do segmento de teatro; conselheira Sonia Maria
10 Pereira, representante do segmento de artesanato; conselheira Mônica M. M. F. Leão,
11 representante do Gabinete do Prefeito; conselheira Graça Pimentel, representante do
12 segmento de artes plásticas; conselheiro Antenor J. V. de Carvalho, representante do segmento
13 de cultura germânica; conselheira Diana Iliescu, representante do segmento audiovisual;
14 conselheiro Guilherme Barcelos, representante do segmento de cultura de rua; conselheira
15 Wanderléya de Oliveira, representante do segmento de dança; conselheiro André de Amorim,
16 representante do segmento de música; conselheira Andresa de Britto Chaves, representante da
17 Secretaria de Educação; conselheiro Anderson C. Felipe, representante da Secretaria de Meio
18 Ambiente; Conselheiro Leonardo Werneck Sindorf, representante da Secretaria de
19 Desenvolvimento Econômico; conselheira Josie Lopes de Brito, representante da
20 Coordenadoria de Comunicação Social; conselheiro Marco Antônio Cezar, representante da
21 Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial; conselheiro Bruno Nogueira, representante
22 da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica; conselheira Simone C. G. Vivarini,
23 representante do segmento das culturas afro-brasileira, indígena e popular; conselheiro Carlos
24 José Lima, representante do segmento de bandas marciais, e conselheira Luciana Moraes,
25 representante da Secretaria de Assistência Social. Também presentes os visitantes Paulo
26 Campinho, Cristina Lima, Renato França (dança de salão), Ivo Mendes da Silva (segmento das
27 escolas de samba e blocos carnavalescos), Vinícius Soares Gabriel (filósofo), Cristiane Nogueira
28 Monteiro (cultura de rua) e demais presentes. Realizadas leitura da ata referente à assembleia
29 ordinária ocorrida no mês de novembro, com o registro de abstenção de Carlos Lima e a
30 solicitação de André de Amorim para corrigir um trecho que fora indevidamente registrado. A
31 ata foi aprovada em seguida. Leonardo Randolpho tomou posse novamente como Presidente do
32 CMC agradecendo a contribuição dada por Leonardo Cerqueira enquanto este esteve ocupando
33 o cargo. Foram feitas as apresentações dos novos representantes da Secretaria de Educação e
34 da suplência da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica. Após chamamento oral,
35 foi verificada a presença de quorum qualificado, o que permitiu a votação da inclusão da
36 cadeira de produção cultural, conforme pauta pré-aprovada. O Presidente abriu para a
37 inscrição de duas defesas a favor e duas contra o pleito. Marcia Ganem se apresentou e
38 defendeu a criação da cadeira como forma do Conselho obter uma visão mais ampla do setor e

39 de todas as etapas que envolvem a produção cultural, ressaltando que esta é uma demanda
40 antiga deste segmento. Nenhum outro conselheiro quis se pronunciar contra ou a favor.
41 Colocada em votação, a inclusão da cadeira no CMC foi aprovada por unanimidade, devendo o
42 segmento apresentar, na próxima reunião, a ata com a indicação do titular e suplente. A seguir,
43 dando cumprimento a um item de pauta obrigatório, fez-se a apresentação da proposta de
44 calendário das assembleias ordinárias para 2019. Leonardo Cerqueira encaminhou a
45 possibilidade das reuniões retornarem para o horário das 16h. Colocado em votação, houve
46 empate, cabendo ao Presidente o voto de desempate. Este último deliberou pela manutenção
47 do horário e do local das reuniões, ou seja, sempre às 18h, no Centro de Cultura Raul de Leoni.
48 Os dias aprovados para as reuniões ordinárias de 2019 foram os seguintes: 14 de janeiro, 11 de
49 fevereiro, 11 de março, 08 de abril, 13 de maio, 10 de junho, 08 de julho, 12 de agosto, 09 de
50 setembro, 14 de outubro, 11 de novembro e 09 de dezembro. A seguir, Leonardo Randolpho
51 teceu algumas considerações iniciais, dizendo que se sente tranquilo em retornar à presidência
52 do CMC como forma de mudar de estratégia e também de obrigar a si mesmo a tomar a frente
53 das demandas deliberadas pela plenária. Destacou que esta foi uma decisão tomada em
54 conjunto com o presidente anterior. Aproveitou para enaltecer a conduta de Leonardo
55 Cerqueira a frente do Conselho, agradecendo pelo trabalho realizado. Continuou dizendo que
56 se sente preocupado com as últimas deliberações da plenária na reunião de novembro, muito
57 embora reconheça que os pleitos são justos e verídicos e que é dever do poder público atendê-
58 los dentro do que é possível. Esclareceu que não publicou as deliberações aprovadas na última
59 assembleia por uma questão técnica, já que a presidência do Conselho estava “acéfala”, tendo
60 em vista que houve a destituição do Presidente anterior e que o novo Presidente somente pode
61 tomar posse na ordinária de dezembro. Entretanto, em atendimento ao teor das deliberações,
62 vem, em nome do poder público, apresentar as respostas e soluções para todas estas
63 demandas. Frisou que agora irá trabalhar para sanar os problemas existentes, e que, quanto a
64 esta pauta, entende que o que é falado em reunião é também registrado na ata, o que mantém
65 a coercitividade caso as deliberações não sejam atendidas. André de Amorim questionou sobre
66 os repasses financeiros que precisam ser cumpridos pelo poder público, ao que foi respondido
67 que está prevista a apresentação de um relatório financeiro sobre a gestão do Fundo, conforme
68 anunciado na pauta, mas adiantou que este recurso será repassado ainda este ano, daqui a
69 cerca de uns vinte dias, na conta do Funcultura, e que quando isto for cumprido, a secretaria do
70 CMC se incumbirá de repassar a todos os conselheiros o extrato demonstrativo. Com relação ao
71 andamento das obras do Centro de Cultura, informou que a autorização para abertura da
72 licitação deverá ser publicada no diário oficial e no site do Portal da Transparência, tão logo for
73 iniciada a realização da licitação. Informou ainda que não há recursos para a reforma este ano,
74 mas que quer iniciar o processo ainda agora para que possa ser executado em 2019. Disse que
75 assim que for publicada a abertura da licitação, a secretaria do CMC irá repassar aos
76 conselheiros o número do processo para acompanhamento. No que tange aos recursos
77 orçamentários e financeiros deste ano, Leonardo Randolpho apresentou a proposta de que o
78 governo repasse à conta do Funcultura o montante financeiro de 330 mil reais dos recursos não
79 destinados neste ano, os quais somando aos repasses dos percentuais previstos na Lei do
80 sistema, garantirão recursos financeiros para o edital de projetos no próximo exercício. Disse
81 ainda que pretende, com os depósitos realizados, solicitar a abertura de crédito orçamentário
82 por superávit financeiro logo no início de 2019, mas que, ainda que não seja possível a abertura
83 de tal crédito, se compromete a transferir recursos orçamentários na importância de 330 mil
84 reais para o orçamento do Fundo, de modo a garantir que o edital de projetos seja custeado
85 sem comprometer os recursos do fundo previstos para 2019, lembrando que a Lei não obriga

86 que se faça desta maneira, mas que entende que o fundo seria lesado caso assim não fosse
87 feito. André de Amorim discordou do posicionamento de que os recursos não foram
88 destinados, dizendo que houve sim destinação à medida em que o conselho votou e aprovou o
89 edital, mas que esta destinação não foi cumprida. Solicitou, como maneira de atender à
90 reivindicação da sociedade civil, que a verba seja depositada na conta do fundo ainda este ano.
91 Complementou dizendo que se sente cansado pela forma com que o conselho vem sendo
92 tratado, e que recebe constantemente mensagens em seu celular enviadas pela classe artística
93 cobrando uma solução do governo, e que não cabe mais ao poder público somente prometer
94 sem agir. Diana Iliescu ressaltou que a Lei obriga sim que sejam repassados os recursos
95 financeiros e orçamentários à conta do Funcultura, de modo que o governo não está fazendo
96 nada mais que sua obrigação ao depositar os recursos. Agradeceu a colocação do Presidente,
97 mas ressaltou que não tem motivo nenhum para dar crédito ao que é proposto, devido a todos
98 os pronunciamentos feitos nos meses anteriores que nunca foram cumpridos. André de
99 Amorim questionou se, a despeito da disponibilidade da presidência do IMCE em atender aos
100 pleitos, o Prefeito está sabendo destas reivindicações já que não parece que o mesmo tem
101 conhecimento, e que, caso este esteja ciente, deveria pedir para sair da Prefeitura, face a tão
102 grande descaso com a gestão. Marcia Ganem apontou o conflito de interesses presente na
103 gestão de Leonardo Randolpho, citando que este está diretamente inserido na coordenação de
104 todas as festas importantes da cidade e que não consegue dar atenção devida ao conselho e às
105 políticas públicas de cultura. Disse ainda que fica desmotivada pois, quando é de interesse
106 próprio, todo o poder público, normalmente ausente nas assembleias, comparece na reunião
107 do CMC, sendo este um ponto sintomático desta situação. Continuou lamentando pelo fato de
108 que este presidente, que já foi da sociedade civil, está agindo da mesma forma que os demais
109 do poder público que já ocuparam este posto anteriormente. Apontou ainda que não existe
110 atualmente na cidade uma política pública cultural que foque nos segmentos, e que há dois
111 anos são apresentadas promessas e propostas que nunca foram cumpridas. Convidou Leonardo
112 Randolpho a repensar se realmente deve ocupar a presidência do CMC, e solicitou aos
113 representantes do poder público que se inteirem mais sobre os debates realizados no Conselho
114 para que de fato possam participar. Guilherme Barcelos complementou dizendo que a classes
115 artística e cultural, na ocasião em que as pastas cultura e turismo se separaram, acreditaram
116 que o órgão finalmente deixaria de ser um produtor de eventos, mas que constataram que de
117 fato isto nunca ocorreu. Guilherme complementou dizendo que o que de fato se deseja é que o
118 IMCE passe a elaborar políticas públicas culturais estruturantes. Finalizou dizendo que, apesar
119 dos conselheiros terem feito o seu papel, nada vem acontecendo nas contas do Funcultura.
120 Mônica Leão interveio, lembrando que a elaboração de políticas públicas é atribuição do
121 Conselho, que deve propor políticas para serem executadas pelo poder público. Cristiane
122 Monteiro acrescentou à fala de Guilherme Barcelos que o prefeito está em consonância com o
123 partido que está governando o país, partido este que não valoriza a cultura. André de Amorim
124 disse que considera um erro a extinção da Fundação de Cultura, e que a classe artística, devido
125 às posições assumidas por Leonardo Randolpho em sua gestão, não está com ele. Ainda disse que
126 se de fato o Presidente do IMCE tenta resolver as coisas, mas não consegue, ele está se
127 submetendo a ser um “fantoche” do governo, e que ainda que os artistas se solidarizem e
128 acreditem em mais promessas, entende que Leonardo Randolpho também deveria pedir para
129 sair, dada a sua inabilidade em resolver o que se compromete. Diana Iliescu fez a entrega do
130 texto impresso das resoluções deliberadas na última assembleia e anteriormente enviadas por
131 e-mail a alguns conselheiros e à presidência do IMCE, solicitando que as mesmas sejam
132 publicadas no D.O. Disse que eram resoluções determinadas pela plenária, e que deveriam ter

133 sido publicadas após a reunião de novembro, mas tendo em vista que não foram pela falta de
134 Presidente empossado, e que agora, após a posse de Leonardo Randolpho, elas devem ser
135 publicadas no dia seguinte. Continuou dizendo que tratam-se de questionamentos e decisões
136 aprovadas pela classe artística e que espera que sejam levadas em consideração. Leonardo
137 Cerqueira informou que, com relação ao Edital de Seleção de Projetos Culturais, este será
138 publicado e empenhado no ano que vem, e que cabe à Comissão de Projetos Culturais se reunir
139 para reprogramar os prazos, sendo que o processo que foi enviado ao Delca previa os prazos
140 para execução em 2018. Aconselhou que o Conselho deve mais uma vez fazer sua parte para
141 que o edital seja publicado, para que quando seja resolvido a questão do orçamento e
142 financeiro, o mesmo esteja pronto para entrar em vigor. Diana Iliescu questionou sobre o
143 porquê de não ter sido feito o depósito ainda em setembro, ao que foi respondida por
144 Leonardo Randolpho que não houve orçamento para tal. O Presidente aproveitou para esclarecer
145 quanto à parceria da Ancine com o município, dizendo que se reuniu com o Ministro da Cultura
146 Sr. Sérgio Sá Leitão, e que já havia enviado a proposta para recebimento dos recursos ao MinC,
147 e que vem constantemente trabalhando com o Ministério neste sentido. Diana Iliescu retrucou
148 dizendo que a Ancine é órgão independente do MinC, e que se o projeto foi ao Ministério, será
149 submetido a uma fila de ordem de chegada e que, por conta disso, muito provavelmente o
150 município não receberá os recursos, por não mais sobrar o dinheiro disponibilizado. Relembrou
151 que todo o procedimento foi feito de modo a poder enviar no prazo, mas que o documento
152 ficou durante um (01) mês na Presidência do IMCE aguardando assinatura e envio, o que
153 atrasou o processo. Diana Iliescu perguntou sobre o recurso financeiro de 2017, e Leonardo
154 Randolpho respondeu que será calculado também. Diana Iliescu perguntou sobre o porquê dos
155 ofícios enviados à Coordenadoria de Planejamento e à Secretaria de Fazenda não terem sido
156 respondidas, ao que Leonardo Cerqueira respondeu que a Coordenadoria de Planejamento se
157 pronunciou dizendo que eles não cuidam da execução orçamentária enquanto não se tem
158 recurso financeiro para executar, e que se limitaram a dizer que cumpriram o mínimo de 5%
159 previsto. Diana Iliescu aproveitou a presença do Sr. Bruno Nogueira, representante da
160 Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica, e perguntou se a Coordenadoria no caso
161 tem ciência de que está descumprindo a Lei e comunicou que está aguardando o seu
162 documento oficial de resposta. Cerqueira lembrou que a resposta da Coordenadoria foi
163 encaminhada e lida na reunião passada, ao que Diana retrucou que faltou a resposta oficial da
164 Secretaria de Fazenda e do Gabinete do Prefeito. Retomando o assunto das resoluções,
165 Leonardo Randolpho encaminhou que, tendo em vista as propostas do governo de solucionar os
166 problemas e atender os pleitos da sociedade civil, as mesmas não sejam mais publicadas, já que
167 perderiam o objeto e que os pleitos estão consignados em ata, o que garante a coercitividade
168 dos mesmos. Marcia Ganem ponderou que estas deliberações já foram votadas e aprovadas e
169 que até o momento nada foi sanado, de modo que não há que se falar em perda de objeto.
170 Diana Iliescu complementou dizendo que a sociedade civil não quer votar este
171 encaminhamento, e que quer que as resoluções sejam devidamente publicadas, conforme já
172 votado e aprovado. Leonardo Randolpho ponderou que os pleitos serão de fato atendidos, ao
173 que Diana Iliescu respondeu que já está claro que o poder público não irá atender nada sem
174 que se exerça pressão. Como todos os representantes da sociedade civil se manifestaram
175 contrários à nova votação, Leonardo Randolpho retirou o encaminhamento, dizendo que as
176 resoluções serão então publicadas. A seguir, deu a palavra a Leonardo Cerqueira que
177 apresentou sucintamente uma prestação de contas do Funcultura, conforme previsto na pauta.
178 Leonardo rapidamente informou que a conta possuía um saldo remanescente da sobra dos
179 valores de projetos do edital de 2017 e que não havia nenhuma outra movimentação

180 financeira. Informou ainda que, quanto ao orçamento, não houve empenhos emitidos em 2018.
181 A planilha encontra-se anexada na presente ata. Nesta hora, Carlos Alberto Macedo Fernandes
182 que desistiu de um projeto aprovado no Edital de Seleções de Projetos Culturais 2017,
183 questionou o fato da verba referente a este projeto não estar disponível na conta do Fundo, já
184 que o projeto foi aprovado porém não executado, ao que Leonardo Cerqueira explicou que
185 naquela ocasião a Secretaria de Fazenda se limitou a transferir os valores necessários para o
186 pagamento dos processos empenhados e liquidados, e que no caso do projeto específico este
187 teve o empenho cancelado no momento em que o proponente não se apresentou para firmar o
188 contrato. Carlos Alberto continuou dizendo que, então, é a Secretaria da Fazenda que gerencia
189 o dinheiro do fundo, não importando se houve deliberação no CMC de financiamento de
190 projeto. Continuou dizendo que a Prefeitura não cumpre o prazo de colocação dos dados no
191 site Portal da Transparência e que o atual gestor da cultura não está direcionando os recursos
192 captados de forma correta, deixando de pagar uns em detrimento de outros, e utilizando
193 verbas captadas em um projeto para sanar dívidas dos projetos anteriores. Disse inclusive que
194 as cartas-convite para licitações vêm sendo manipuladas de forma a beneficiar somente a
195 alguns. Fez as denúncias gravando todo este conteúdo em seu celular. A seguir, Luiz Claudio
196 Marcello, que a todo o momento gritava expressões como “blá-blá-blá” e “roubança!”, além de
197 tentar puxar palmas a cada pronunciamento feito pela sociedade civil, questionou sobre o
198 trabalho da gerente da Biblioteca, Maria Luísa Rocha Melo, que no momento registrava na ata
199 os acontecimentos da reunião, dizendo que ela era uma funcionária que não fazia nada e que
200 ficava ali parada com “cara de paisagem” enquanto a Biblioteca estava imunda, cheia de ratos e
201 baratas, e proferiu ofensas, chamando-a de “falsa” e ainda se dirigindo com deboche,
202 chamando-a de “coitadinha”. O Sr. Leonardo Cerqueira interrompeu solicitando que o presente
203 mantivesse o decoro na reunião. Diana Iliescu retomou o assunto anterior, e perguntou aos
204 conselheiros do poder público presentes se estes estão cientes de que a Lei do SMC está sendo
205 descumprida. Leonardo Randolph afirmou não haver ilegalidade nas ações, explicando que o
206 gestor público tem a prerrogativa do contingenciamento dos recursos, uma vez que existe uma
207 lei federal que sobrepõe a esta, sendo portanto este o posicionamento do governo. Diana
208 Iliescu voltou a cobrar um posicionamento oficial da Coordenadoria de Planejamento. Leonardo
209 Randolph ressaltou que existem formas de interpretação da Lei, e Carlos Macedo retrucou
210 dizendo que, neste caso, nenhuma lei foi até agora cumprida. Leonardo Randolph ponderou que
211 não tem propriedade jurídica para responder sobre tal questionamento. André de Amorim
212 citou os valores considerados absurdos que foram propalados pela imprensa relativos aos
213 gastos obtidos com o evento Natal Imperial, e informou que diante das contratações e dos
214 fatos “caóticos” apresentados no cenário atual, a classe artística e cultural entrou com ação
215 pública contra o IMCE. Leonardo Randolph esclareceu que a maioria dos serviços contratados
216 para o Natal Imperial foi contratada pelo regime de ata de registro de preço, quando há uma
217 licitação para fixar os valores para determinado serviço, cabendo à administração somente
218 demanda desse serviço, como é o caso dos serviços de sonorização, por exemplo. Que quanto à
219 contratação da programação cultural, a empresa vencedora da licitação se responsabiliza por
220 captar recursos que custearão os serviços que se comprometeu a cumprir, e que esta deve
221 buscar recursos para atender ao objeto da licitação. Esclareceu que quanto aos atrasos dos
222 pagamentos de eventos anteriores, o que ocorreu de fato foi que houve descumprimento do
223 aporte comprometido pelo patrocinador à empresa, ocasionando o atraso no pagamento de
224 alguns artistas e prestadores de serviço. Porém a gestão do IMCE está acompanhando a
225 situação, e que vem recebendo a informação de que a empresa está paulatinamente quitando
226 as dívidas. André de Amorim reclamou que nenhum release de artista encaminhado à Diretoria

227 do IMCE é contemplado, ao que foi respondido que é feito o possível para atendê-los e que
228 sempre prioriza a inclusão de artistas locais na programação dos eventos. Leonardo Randolph se
229 pronunciou quanto aos questionamentos manifestados em rede social e na imprensa local
230 relativos aos custos do palco localizado na Praça Dom Pedro, considerado “escandaloso” pela
231 classe artística. Disse que os 327 mil reais divulgados não se referem somente aos gastos com o
232 palco em si, já que este valor inicialmente previsto continha despesas de transporte,
233 montagem, desmontagem, manutenção e locação diária do palco, e que o edital de licitação foi
234 revisto, por ter sido detectado que alguns itens fundamentais ao evento não foram previstos,
235 tendo sido portanto necessária uma adaptação que readequasse às necessidades reais da
236 programação, de modo que o valor global da licitação foi reequilibrado. Carlos Macedo disse
237 que um edital não pode sofrer modificações após publicação. Diana Iliescu perguntou qual a
238 natureza dos eventos Bauernfest e Natal Imperial, ao que foi respondida de que são parcerias
239 público-privadas. Tendo em vista que a reunião já contava com meia hora de prorrogação, o
240 Presidente deu a mesma por encerrada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim,
241 Maria Luísa Rocha Melo, 2ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o
242 presidente do CMC, sr. Leonardo Randolph Pires. Petrópolis, 14 de janeiro de 2019.

Leonardo Randolph Pires
Presidente

Maria Luísa Rocha Melo
2ª Secretária